

Vila Sergipe 2
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

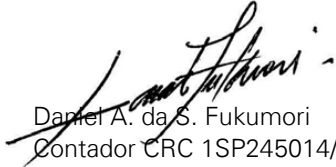
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	2.945	7.968	Fornecedores	10	1.319	1.468
Contas a receber	6	3.218	4.957	Financiamentos	11	7.398	-
Adiantamento a fornecedores		40	686	Obrigações tributárias		649	706
Tributos a recuperar		102	55	Imposto de renda e contribuição social a pagar		372	367
Despesas pagas antecipadamente	7	4.172	5.555	Arrendamentos	8	3	155
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	-	290	Obrigações sociais e trabalhistas		2	4
Total do ativo circulante		10.477	19.511	Outras contas a pagar	23	1.057	4.319
Fundos vinculados	5.b	4.475	4.254	Dividendos a pagar		-	1.160
Despesas pagas antecipadamente	7	333	346	Total do passivo circulante		10.800	8.179
Total do realizável a longo prazo		4.808	4.600	Financiamentos	11	107.768	115.098
Direito de uso e arrendamentos	8	2.756	2.819	Provisão para desmobilização	13	1.076	847
Imobilizado	9	145.952	152.392	Arrendamentos	8	2.184	2.050
Total do ativo não circulante		153.516	159.811	Outras contas a pagar	23	1.506	-
				Total do passivo não circulante		112.534	117.995
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		37.164	49.425
				Reserva de lucros		3.495	3.723
				Total do patrimônio líquido		40.659	53.148
Total do ativo		163.993	179.322	Total do passivo e patrimônio líquido		163.993	179.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	16	<u>30.481</u>	<u>20.377</u>
Custo de operação	17	(12.439)	(7.765)
Lucro bruto		<u>18.042</u>	<u>12.612</u>
Despesas gerais e administrativas	18	(1.111)	(693)
Outras (despesas) operacionais		(6)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>16.925</u>	<u>11.919</u>
Receitas financeiras	19	456	239
Despesas financeiras	19	(16.504)	(6.446)
Resultado financeiro líquido		<u>(16.048)</u>	<u>(6.207)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>877</u>	<u>5.712</u>
Imposto de renda e Contribuição social correntes	15	(1.105)	(708)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		<u><u>(228)</u></u>	<u><u>5.004</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(228)	5.004
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(228)	5.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>		<u>Reserva de lucros</u>		<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital subscrito</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	54.834	(13.407)	-	-	(121)	41.306
Integralização de capital	7.998	-	-	-	-	7.998
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.004	5.004
Constituição de reserva legal	-	-	244	-	(244)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(1.160)	(1.160)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.479	(3.479)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	62.832	(13.407)	244	3.479	-	53.148
(Redução) de capital	(12.261)	-	-	-	-	(12.261)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(228)	(228)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(228)	228	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.571	(13.407)	244	3.251	-	40.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos		877	5.712
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	11	13.775	3.691
Juros sobre debêntures	12	-	574
Custo de captação apropriado ao resultado	11	35	274
Depreciação	9	6.475	4.316
Amortização de direitos de uso	8	63	47
Juros sobre provisão para desmobilização	13	229	170
Juros sobre passivo de arrendamento	8	218	170
		21.672	14.954
Variações:			
Contas a receber	6	1.739	(4.957)
Adiantamento a fornecedores		646	(686)
Impostos a recuperar		(47)	(49)
Despesas pagas antecipadamente	7	1.396	(5.739)
Fornecedores	10	(149)	(2.170)
Obrigações tributárias		(57)	647
Obrigações sociais e trabalhistas		(2)	(54)
Outras contas a pagar	23	(1.756)	4.322
Caixa gerado pelas atividades operacionais		23.442	6.268
Pagamento de IR e CS		(1.100)	(340)
Pagamento de juros de financiamentos	11	(13.819)	(718)
Pagamento de juros de debêntures	12	-	(574)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		8.523	4.636
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento			
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	290	(290)
Aquisição ao ativo imobilizado	9	(35)	(93.499)
Fluxo de caixa (utilizado) nas atividades de investimento		255	(93.789)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	92	82.119
Custo de captação de financiamentos	11	(15)	(521)
Captação de debêntures	12	-	30.948
Pagamento de principal de debêntures	12	-	(30.948)
Integralização / (redução) de capital	14.a	(12.261)	7.998
Arrendamentos	8	(236)	(156)
Fundos vinculados	5.b	(221)	6.340
Pagamento de dividendos		(1.160)	-
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividade de financiamento		(13.801)	95.780
(Redução) / aumento no caixa e equivalentes		(5.023)	6.627
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.a	7.968	1.341
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.a	2.945	7.968
(Redução) / aumento no caixa e equivalentes		(5.023)	6.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de abril de 2018, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 4º andar, Jardim Paulistano, capital do estado de São Paulo. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Sergipe II, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia. As operações da Companhia iniciaram-se em 2020.

A controladora da Companhia é a Echoenergia Participações S.A a qual detem 100% de participação do capital social da controlada.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 9 unidades geradoras de 4,2MW médios, totalizando 37,8MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)	Garantia Física (MW médios)
EOL Vila Sergipe II	Res. 7651/2019	21/03/2019	35 anos	37,8	21,2

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2045.

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Sergipe II	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro

(*) Ambiente de contratação livre.

(**) O fornecimento e o preço da energia vendida são variáveis, sujeito a produção e condições de mercado.

1.3 Capital circulante líquido

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na Nota Explicativa 24.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$323. O capital circulante negativo da Companhia se deve principalmente às amortizações previstas dos financiamentos da Companhia. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, suportado pelos contratos de longo prazo para fornecimento de energia firmados com seus clientes e eventuais aportes de capital, se necessário, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. A administração concluiu que não existe grau de incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de liquidar seus passivos financeiros de curto e longo prazo.

1.4 Efeitos COVID-19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que atua. A seguir está elencada a principal conta acompanhada pela Companhia.

c. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

2 Base de preparação

(i) Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeira foi autorizada pela Diretoria em 11 de março de 2022.

Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

(ii) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

(iii) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(iv) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa nº 8) - estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- Imobilizado (nota explicativa nº 9) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para custos de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 13) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, as quais limitam-se ao prazo da autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 13. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são:

Desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,64% a.a.

d. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possui características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas anualmente e quadrienalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

-é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
-o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Após a avaliação da Administração da Companhia não foi identificado ativos financeiros com problemas de recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

f. Impostos

Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas que não compõem a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3,65%.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Juros capitalizados

Os juros de empréstimos e debêntures são reconhecidos no ativo imobilizado da Companhia a medida que estes estejam relacionados intrinsecamente com a construção do parque eólico. O reconhecimento cessa a partir do momento em que os ativos estão aptos a produzir e a disposição da Companhia.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer.

a. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são

diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos de caixa e bancos	235	199
Aplicações financeiras (a)	<u>2.710</u>	<u>7.769</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.945</u>	<u>7.968</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 99,3% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2021 (100,3% em 31 de dezembro de 2020).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reserva de dívida BNB	4.475	4.254
Total	<u>4.475</u>	<u>4.254</u>

6 Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Transações realizadas no ACL (a)	2.987	4.957
MCP CCEE (b)	231	-
Total	<u>3.218</u>	<u>4.957</u>

- a) Ambiente de Contratação Livre - Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.
 b) Mercado de Curto Prazo – CCEE, mensurado com base no Preço da Liquidação das Diferenças (PLD – CCEE).

7 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguros a apropriar	312	428
Fianças e compromisso (*)	3.542	5.458
Manutenção antecipada	651	-
Custo captação de financiamento	-	15
Total	<u>4.505</u>	<u>5.901</u>
Circulante	4.172	5.555
Não circulante	333	346

(*) A Companhia possui saldo de fianças a pagar no valor de R\$ 2.499 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.319 em 31 de dezembro de 2020) ao qual será liquidado junto aos bancos emissores da fiança. Conforme nota explicativa nº 23.

8 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A movimentação do ativo de direito de uso está demonstrada abaixo:

	2021		
	Valor líquido em 01/01/2021	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques eólicos	2.819	(63)	2.756
Total do ativo	2.819	(63)	2.756

	2020			
	Valor líquido em 01/01/2020	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	2.191	675	(47)	2.819
Total do ativo	2.191	675	(47)	2.819

Composição dos saldos de passivos de arrendamentos:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento	2.187	2.205
Total	2.187	2.205
Circulante	3	155
Não circulante	2.184	2.050

A movimentação do passivo de arrendamento, está demonstrada abaixo:

	2021			
	Valor líquido em 01/01/2021	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2021
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	2.205	(236)	218	2.187
Total	2.205	(236)	218	2.187

	2020			Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 01/01/2020	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	2.191	(156)	170	2.205
Total	2.191	(156)	170	2.205

No momento do reconhecimento inicial a Companhia reconheceu R\$ 2.191 referente ao valor presente das contraprestações de arrendamento e R\$ 677, referente ao custo com desmobilização do parque arrendado.

9 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	738	-	738	703
Máquinas e equipamentos	15-35 anos	155.869	(10.784)	145.085	151.556
Benfeitorias	30 anos	137	(8)	129	133
Total		156.744	(10.792)	145.952	152.392

	Vida útil	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	703	-	703	62.598
Máquinas e equipamentos	15-35 anos	155.869	(4.313)	151.556	-
Benfeitorias	30 anos	136	(3)	133	-
Total		156.708	(4.316)	152.392	62.598

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

2021				
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento	703	35	-	738
Máquinas e equipamentos	151.556	-	(6.471)	145.085
Benfeitorias	133	-	(4)	129
Total	152.392	35	(6.475)	145.952

2020						
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Juros capitalizados (*)	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	62.598	93.499	611	(156.005)	-	703
Máquinas e equipamentos	-	-	-	155.869	(4.313)	151.556
Benfeitorias	-	-	-	136	(3)	133
Total	62.598	93.499	611	-	(4.316)	152.392

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 11.

(*) A taxa média utilizada foi de 2,18% a.a. em 31 de dezembro de 2020.

10 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços (a)	389	1.012
Fornecedores partes relacionadas (b)	293	207
Provisão de despesas com manutenção	545	-
Seguros	92	-
Outros	-	249
Total	1.319	1.468

- (a) Refere-se a obrigações referente a construção do parque eólico.
(b) Conforme nota explicativa nº20.

11 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos BNB – Sergipe II	2,57% a.a. + IPCA	Dez/2035	<u>115.166</u>	<u>115.098</u>
Total			<u>115.166</u>	<u>115.098</u>
Circulante			7.398	-
Não circulante			107.768	115.098

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	<u>115.098</u>	<u>29.641</u>
Captação de financiamentos (*)	92	82.119
Juros incorporados a dívida	13.775	4.303
Custo de captação	(15)	(521)
Custo de captação incorrido	35	274
Juros pagos (*)	<u>(13.819)</u>	<u>(718)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>115.166</u>	<u>115.098</u>

(*) A variação entre os anos, se deve ao aumento do indexador (IPCA) entre 2020 e 2021 e ao fato de que o maior montante de recursos provenientes dos financiamentos foram librados em novembro de 2020.

Vencimento em:	31/12/2021
2023	7.042
2024	7.146
2025	7.414
2026	7.860
2027 a 2035	<u>78.306</u>
Total	<u>107.768</u>

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos

equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida.
- (b) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNB.
- (c) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (d) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (e) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

12 Debêntures

Em janeiro de 2020, a Companhia emitiu 30.948 títulos de debentures ao valor nominal de R\$ 1.000 por título, totalizando R\$ 30.948, à taxa nominal DI + 1,20% a.a. A Companhia liquidou as debentures em junho de 2020.

As movimentações das debêntures aconteceram da seguinte forma:

	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	-
Captação de debêntures	30.948
Juros incorporados a dívida	574
Amortização do principal	(30.948)
Juros pagos	(574)
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>-</u></u>

13 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro 2021 o montante provisionado era de R\$ 1.076 (R\$ 847 em 31 de dezembro de 2020) inerentes a custos para a desmontagem do parque com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida.

Devido a esta obrigação ser de longo prazo, o valor reconhecido de R\$ 1.076 em 2021 foi calculado utilizando uma taxa de desconto definida em 7,64%.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	847	-
Adição por provisão da desmobilização	-	677
Ajuste a valor presente	229	170
Saldo final	<u>1.076</u>	<u>847</u>

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e autorizado é de R\$ 50.571 (R\$ 62.832 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 31.380.021 (41.039.101 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital integralizado é de R\$ 37.164 (R\$49.425 em 31 de dezembro de 2020).

No decorrer do ano de 2021 houve redução de capital social no montante de R\$ 12.261 (em 31 de dezembro de 2020 e integralização de capital social no montante de R\$ 7.998).

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2020, mediante aprovação prévia do credor do financiamento, BNB, a Companhia compensou prejuízos acumulados de anos anteriores no valor de R\$ 121 e procedeu com a distribuição de R\$ 1.160 à título de dividendos mínimos obrigatórios.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.105 (R\$ 708 em 31 de dezembro de 2020).

	<u>31/12/2021</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	31.635	31.635
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.531	3.796
Demais receitas	456	456
(-) Desconto adicional 10%	(240)	-
Alíquota nominal	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Corrente	<u>722</u>	<u>383</u>
Alíquota efetiva	<u>24,2%</u>	<u>9,0%</u>

	<u>31/12/2020</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	21.149	21.149
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.692	2.538
Demais receitas	239	239
(-) Desconto adicional 10%	(240)	-
Alíquota nominal	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Corrente	<u>459</u>	<u>249</u>
Alíquota efetiva	<u>23%</u>	<u>9%</u>

16 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de energia elétrica (*)	31.018	21.149
Outras receitas operacionais (**)	617	-
Total receita operacional bruta	31.635	21.149
Volume gerado em MWh	174.307	120.094
- PIS	(206)	(138)
- COFINS	(948)	(634)
Deduções da receita	(1.154)	(772)
Receita operacional líquida	<u>30.481</u>	<u>20.377</u>

(*) A diferença referente ao valor da receita bruta entre os anos, se deve, principalmente ao fato de que, a Companhia começou a operar no segundo semestre do ano de 2020.

(**) Referente ao reembolso transferido pelo prestador de serviço de manutenção dos aerogeradores, onde, este tem a obrigação de reembolsar a Companhia no caso de disponibilidade inferior a contratada com o intuito de compensar as receitas não geradas pela indisponibilidade de funcionamento do equipamento.

A seguir, demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CCEAR (a)	-	8.656
ACL (b)	31.453	10.281
MCP CCEE (c)	(814)	1.700
SWAP (d)	379	512
Total	<u>31.018</u>	<u>21.149</u>

- (a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado Refere-se a recebimentos.
- (b) Ambiente de Contratação Livre.
- (c) Mercado de Curto Prazo – CCEE.
- (d) Transação de Compra e Venda de Energia.

17 Custo de operação

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depreciação (iii)	(6.475)	(4.316)
Amortização de direito de uso	(63)	(47)
Compartilhamento de custos (i)	-	(332)
Engenharia e gestão de processos O&M	(1.490)	(869)
Encargos de conexão e transmissão	(1.988)	(1.406)
Gastos com pessoal	(493)	-
Seguros	(484)	-
Serviços de terceiros	(415)	-
Compra de energia (ii)	(308)	(357)
Locações e aluguéis	(356)	-
Impostos e taxas	(291)	-
Gastos diversos	(76)	(438)
Total	<u>(12.439)</u>	<u>(7.765)</u>

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 20. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento de custos de em linhas específicas, na rubrica de custos de operação, de acordo com sua própria natureza, não alocando-os mais em Compartilhamento de custos.
- (ii) As compras de energia são decorrentes de liquidação financeira na CCEE, para as negociações de *Swap* de lastro. A variação entre os períodos refere-se à oscilação do PLD.
- (iii) O aumento quando comparado ao ano anterior deve-se ao fato da Companhia ter entrado em operação no segundo semestre de 2020.

18 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas compartilhadas (i)	-	(557)
Gastos com pessoal	(618)	-
Serviços de terceiros	(318)	(55)
Legais, judiciais e publicações	(8)	(40)
Locações e aluguéis	(8)	-
Despesas com Cartório	-	(11)
Outros	(159)	(30)
Total	<u>(1.111)</u>	<u>(693)</u>

- i) Os saldos de compartilhamento de custos referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 20. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento das despesas em linhas específicas, na rubrica de despesas gerais e administrativas, de acordo com sua natureza, não alocando-as mais em despesas compartilhadas.

19 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendimento de aplicação financeira	456	239
Receitas financeiras	<u>456</u>	<u>239</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos (*)	(13.775)	(3.691)
Tarifas bancárias	(11)	(13)
Juros debêntures	-	(574)
Despesas captação de empréstimos	(35)	(274)
Fianças e comissões bancárias	(1.928)	(1.515)
Juros sobre arrendamento	(218)	(170)
Ajuste a valor presente da provisão para desmobilização	(229)	-
Outros	(308)	(209)
Despesas financeiras	<u>(16.504)</u>	<u>(6.446)</u>

(*) A variação entre os anos, se deve ao aumento do indexador (IPCA) entre 2020 e 2021 e ao fato de que o maior montante de recursos provenientes dos financiamentos foram librados em novembro de 2020.

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo – Mutuo a receber</u>		
Vila Sergipe	-	290
Total	<u>-</u>	<u>290</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Passivo</u>		
Echoenergia Participações S.A. (i) – Nota explicativa nº 10	293	207
Total	<u>293</u>	<u>207</u>
Resultado		
Compartilhamento de custos (i)	(719)	(332)
Compartilhamento de despesas (i)	(1.110)	(557)
Total	<u>(1.829)</u>	<u>(889)</u>

- (i) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar, com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2021. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A. onde tal despesa está considerada no compartilhamento de custos.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos

Classificação dos instrumentos financeiros

		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	235	2.710	199	7.769
Fundo vinculado	5.b	-	4.475	-	4.254
Contas a receber	6	3.218	-	4.957	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	1.319	-	1.468	-
Financiamentos	11	115.166	-	115.098	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nota	Nível (*)	31/12/2021	31/12/2020
------	-----------	------------	------------

			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	Nível 2	2.945	2.945	7.968	7.968
Contas a receber	6	Nível 2	3.218	3.218	4.957	4.957
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	4.475	4.475	4.254	4.254
Fornecedores	10	Nível 2	1.319	1.319	1.468	1.468
Financiamentos (a)	11	Nível 2	115.166	115.166	115.098	115.098
Total			<u><u>127.123</u></u>	<u><u>127.123</u></u>	<u><u>133.745</u></u>	<u><u>133.745</u></u>

(*) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

22 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela

Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	2.945	7.968
Fundos vinculados	5.b	4.475	4.254
Contas a receber	6	3.218	4.957
Total transações no resultado		10.638	17.179

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.319	(1.319)	(1.319)	-	-	-
Financiamentos	115.166	(163.349)	(14.614)	(25.123)	(34.442)	(89.170)
Arrendamentos	2.187	(9.904)	(227)	(454)	((680))	(8.543)
Total	118.672	(174.572)	(16.160)	(25.577)	(35.122)	(97.713)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao

mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central e projeções de longo prazo do Banco Bradesco S.A, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2021	Cenário provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)	10,03%	5,03%	5,03 p.p	6,25 p.p	7,50 p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	4,42%	11,5%	11,5% p.p	14,4% p.p	17,3% p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	(25)% Redução	(50)% Redução
Financiamentos	IPCA	(115.166)	(5.793)	(7.241)	(8.689)	(4.345)	(2.896)
Total		<u>(115.166)</u>	<u>(5.793)</u>	<u>(7.241)</u>	<u>(8.689)</u>	<u>(4.345)</u>	<u>(2.896)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>7.185</u>	<u>826</u>	<u>1.033</u>	<u>1.239</u>	<u>620</u>	<u>413</u>

(a) Taxa de Juros de Longo Prazo.

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

23 Outras contas a pagar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Camara de comercialização de energia elétrica – (CCEE)	114	-
Provisão de fianças (*)	<u>2.499</u>	<u>4.319</u>
Total	<u>2.563</u>	<u>4.319</u>
Circulante	1.057	4.319
Não circulante	1.506	-

(*) Decorrente de obrigação contida em clausula do contrato de financiamento para contratação de fianças bancárias

24 Contingências

Ao final de cada exercício com base em informações disponibilizadas pela área jurídica da Controladora final Echoenergia Participações, a Companhia avalia se existem possíveis contingências passivas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificadas contingências passivas com probabilidade de perda provável ou possível.

25 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2026 a 2037</u>
(CUST / CCT) (a)	2.137	2.137	2.137	2.137	23.512
Contratos de (O&M) (b)	<u>1.724</u>	<u>2.043</u>	<u>2.339</u>	<u>3.273</u>	<u>39.276</u>
Total	<u>3.861</u>	<u>4.180</u>	<u>4.476</u>	<u>5.410</u>	<u>62.788</u>

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2022 (julho/22 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

26 Eventos subsequentes

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$7.034.084, assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas.